

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: 114

Data: 14/03/80

Pg.: \_\_\_\_\_

### Funai condena projeto de Hélio Campos

O Conselho Indigenista da Funai em sua última reunião no início desta semana aprovou o parecer do antropólogo Roque de Barros Laraia, da Universidade de Brasília, condenando o projeto de lei 2294 de autoria do deputado Hélio Campos (PDS-RR) que prevê a transferência de grupos tribais do Brasil que habitam nas faixas de fronteira.

De acordo com o parecer do antropólogo, o projeto de lei "é anticonstitucional pois vai de encontro à Carta Magna que assegura aos índios a posse de suas terras tribais, independentes de sua localização".

O deputado justifica seu projeto dizendo que as comunidades indígenas, influenciadas por ideologias alheias aos interesses nacionais se constituem em ameaça à soberania e segurança do país.

Roque Laraia chama atenção para o projeto dizendo que "não resta dúvida de que ele tem como verdadeira intenção a abertura de territórios tribais para outras destinações. E o mais grave é que surge no momento em que se discute a instalação do Parque Indígena Yanomami, índios da fronteira de Roraima com a Venezuela".

Quanto à segurança nacional o antropólogo afirma em seu parecer que "mais perigoso para a segurança nacional é a abertura deste território indígena à iniciativa privada, pois muitas das empresas nacionais que agem na Amazônia não passam de testadeferro do capital estrangeiro. Esta é uma situação muito mais perigosa para a nossa segurança do que missionários que podem a qualquer momento serem removidos da área indígena, desde que a permanência dos mesmos depende da aquiescência da Funai".

#### TELEGRAMA

Protestando contra a anunciada diminuição da área proposta para o Parque Indígena Yanomami, que poderá ser reduzido em dois milhões de hectares, segundo o presidente da Funai, a Associação dos Direitos Indígenas, com sede na cidade de Philadelphia, nos Estados Unidos, enviou um telegrama ao ministro Mário Andreazza e ao presidente da Funai dizendo que esta medida prejudicará principalmente os grupos marashiteri e emokoap-teri.

O Banco Nacional de Habitação elevou para 650 UPCs, correspondentes a Cr\$ 317.089,50, o limite de financiamentos concedidos pelo Sistema Financeiro de Habitação Popular - Sifhap para os empreendimentos que incluam custos de obras de infraestrutura tais como pavimentação, água, esgotos. Até agora estes financiamentos estavam limitados em 500 UPCs (cerca de 243 mil cruzeiros).

Este sistema de financiamento beneficia diretamente os usuários do Plano Nacional de Habitação Popular e a amortização é feita em 25 anos, segundo o sistema de amortização com prestação em progressão aritmética. O Sifhap disciplina e coordena a atuação das entidades que participam da execução do Planhap cujo objetivo principal é "atender as famílias de baixo nível de renda na aquisição de moradia própria".

Dentro da programação do Banco Nacional de Habitação no período de 1980 a 1985 o Planhap deverá construir cerca de três milhões e 500 mil unidades habitacionais.



O ministro Andreazza irritou-se ao ser perguntado sobre os vetos aos antropólogos

## Andreazza não aceita vinda de antropólogo

A presença de dois antropólogos estrangeiros para acompanharem os trabalhos de pavimentação da estrada Cuiabá-Porto Velho foi vetada pelo ministro Mário Andreazza. A sugestão fora feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento que vai financiar parte dos projetos do Polonoroeste, entre eles a pavimentação da estrada. Acredita o ministro que não há necessidade de "se buscar lá fora os antropólogos, uma vez que estamos cheios de antropólogos aqui no Brasil".

Os estudos para a implantação do Polonoroeste estão sendo feitos pelo Ministério do Interior, faltando ainda alguns entendimentos com o Banco Mundial. Depois disso será encaminhado à Presidência da República. Entre as exigências feitas pelo banco para a concessão de financiamento foi a preservação do meio ambiente e dos grupos indígenas que se encontram ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho (cinta-larga, suruí, nambiquara, tubarão). Para a proteção tubarão) Para a proteção dos grupos presença de dois antropólogos estrangeiros.

Este veto à presença de antropólogos estrangeiros junto a determinados grupos indígenas não é novidade. Em 1976 o ministro Rangel Reis baixou uma portaria proibindo a presença de antropólogos estrangeiros nas áreas indígenas de fronteira. Na ocasião

foram afastados alguns antropólogos que colaboravam com a Funai, entre eles o irlandês Kenneth Tajlor.

#### IRRITAÇÃO

Ao ser feita a pergunta sobre o veto aos antropólogos, o ministro Andreazza mostrou-se profundamente irritado e pediu que não se citasse o capítulo "antropólogos estrangeiros" porque o fato só criaria caso e "vou passar todo dia me justificando e não posso trabalhar. Não posso trabalhar porque tenho que estar atendendo e respondendo perguntas todo dia. Eu tenho que trabalhar e então fico aí atendendo telefonema de todo lugar. Cuidado com isso aí, não toca nesse assunto. Não tem antropólogos estrangeiro, não tem nada".

Durante a discussão o assessor de imprensa do Ministério do Interior, Ricardo Franco Neto, interferiu dizendo que a pergunta não estava na pauta e que, portanto, não deveria ser feita, afirmativa repetida pelo chefe de gabinete do ministro, Luis Carlos de Urquiza Nóbrega numa conversa com os setoristas do ministério.

No encontro entre os jornalistas e o chefe de gabinete mais um vez o assessor de imprensa observou que determinadas perguntas não deveriam ser feitas que "o repórter deve ter sensibilidade para saber que está irritando o ministro".